



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

DATA: 04 / 04 / 2024

JORNAL: AM P

EDIÇÃO: 2995

DECRETO Nº 4110/2024

SÚMULA: Regulamenta dispositivo da Lei Municipal nº 1990/2009, no que se refere à alteração da carga horária do servidor público municipal ocupante de cargo de provimento efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.

Considerando que a redução da carga horária de servidores concursados é constitucionalmente possível, dentro do que assegura a legislação local, como previsto no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e que, no caso, do § único do artigo 67 da Lei nº 1.990/2009 permite a alteração da carga horária;

Considerando que no regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados;

Considerando pedidos de redução de carga horária, apresentado pela Secretaria Municipal correspondente;

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta o § único do artigo 67 da Lei Municipal nº 1990/2009.

Art. 2º. Todos os cargos de provimento efetivo poderão ter a carga horária desdobrada em quinze, vinte ou quarenta horas semanais, cuja definição dar-se-á no momento do ingresso mediante previsão expressa no respectivo Edital de Concurso Público.

Art. 3º. Posteriormente ao ingresso, poderá ocorrer alteração da carga horária, para mais ou para menos, em caráter excepcional e temporário, observado o disposto neste Regulamento.

Art. 4º. O aumento ou a redução da carga horária de um determinado cargo público não exige a realização de novo concurso público para seu provimento, desde que sejam mantidas as atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor público nele lotado.

Art. 5º. Quando o acréscimo de horas laboradas gerar um incremento na despesa de pessoal, tal concessão deve observar às exigências e limitações impostas pelo art. 169 da Constituição Federal e artigos 17, 19, 20, 22 e 23 da Lei Complementar n. 101/00, sob pena de nulidade dos atos.



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
ESTADO DO PARANÁ

Art. 6º. Desde que haja interesse da Administração em atendimento ao serviço público e mediante constatação da existência de vaga real sem candidato aprovado em lista de espera, há possibilidade de o servidor concursado com carga horária inferior a 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais ter ampliada sua carga horária até este limite, com correspondente aumento da remuneração.

Art. 7º. A alteração da carga horaria para menor, será feita somente a pedido do servidor estável no serviço público, devendo haver a concordância do Secretário Municipal e seu deferimento será concedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. O indeferimento ocorrerá no caso de ofensa ao interesse público,

Art. 8º. Concedida a redução da carga horária, haverá, obrigatoriamente, a redução proporcional do vencimento.

Art. 9º. Em qualquer caso, seja de acréscimo ou de diminuição da carga horaria, ficam mantidas as atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor titular, que serão enquadrados por Portaria.

Art. 10 - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 11 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, EM 03 DE ABRIL DE 2024.

PUBLIQUE-SE:

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO
SUDOESTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4110/2024

DECRETO Nº 4110/2024

SÚMULA: Regulamenta dispositivo da Lei Municipal nº 1990/2009, no que se refere à alteração da carga horária do servidor público municipal ocupante de cargo de provimento efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.

Considerando que a redução da carga horária de servidores concursados é constitucionalmente possível, dentro do que assegura a legislação local, como previsto no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e que, no caso, do § único do artigo 67 da Lei nº 1.990/2009 permite a alteração da carga horária;

Considerando que no regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados;

Considerando pedidos de redução de carga horária, apresentado pela Secretaria Municipal correspondente;

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta o § único do artigo 67 da Lei Municipal nº 1990/2009.

Art. 2º. Todos os cargos de provimento efetivo poderão ter a carga horária desdobrada em quinze, vinte ou quarenta horas semanais, cuja definição dar-se-á no momento do ingresso mediante previsão expressa no respectivo Edital de Concurso Público.

Art. 3º. Posteriormente ao ingresso, poderá ocorrer alteração da carga horária, para mais ou para menos, em caráter excepcional e temporário, observado o disposto neste Regulamento.

Art. 4º. O aumento ou a redução da carga horária de um determinado cargo público não exige a realização de novo concurso público para seu provimento, desde que sejam mantidas as atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor público nele lotado.

Art. 5º. Quando o acréscimo de horas laboradas gerar um incremento na despesa de pessoal, tal concessão deve observar às exigências e limitações impostas pelo art. 169 da Constituição Federal e artigos 17, 19, 20, 22 e 23 da Lei Complementar n. 101/00, sob pena de nulidade dos atos.

Art. 6º. Desde que haja interesse da Administração em atendimento ao serviço público e mediante constatação da existência de vaga real sem candidato aprovado em lista de espera, há possibilidade de o servidor concursado com carga horária inferior a 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais ter ampliada sua carga horária até este limite, com correspondente aumento da remuneração.

Art. 7º. A alteração da carga horaria para menor, será feita somente a pedido do servidor estável no serviço público,

devendo haver a concordância do Secretário Municipal e seu deferimento será concedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. O indeferimento ocorrerá no caso de ofensa ao interesse público,

Art. 8º. Concedida a redução da carga horária, haverá, obrigatoriamente, a redução proporcional do vencimento.

Art. 9º. Em qualquer caso, seja de acréscimo ou de diminuição da carga horária, ficam mantidas as atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor titular, que serão enquadrados por Portaria.

Art. 10 - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 11 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, EM 03 DE ABRIL DE 2024.

PUBLIQUE-SE:

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:8739E7F7

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 04/04/2024. Edição 2995
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>